



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

TEXTO PARA DISCUSSÃO 014

TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA ESTRUTURA SOCIAL DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS - RELATÓRIO RMB

José Júlio Ferreira Lima

Pesquisador INCT Observatório das Metrópoles Núcleo Belém

Juliano Pamplona Ximenes Ponte

Pesquisador INCT Observatório das Metrópoles Núcleo Belém

Ricardo Bruno Nascimento dos Santos

Pesquisador INCT Observatório das Metrópoles Núcleo Belém

Raul da Silva Ventura Neto

Pesquisador INCT Observatório das Metrópoles Núcleo Belém

Nayara Sales Barros

Pesquisadora INCT Observatório das Metrópoles Núcleo Belém

Rio de Janeiro
2020

Sobre o Observatório das Metrôpoles

Rede de pesquisa vinculada ao Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Composta por dezesseis núcleos regionais, desde 1998 trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional.

Visite nosso website:

www.observatoriodasmetropoles.net.br/

INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Coordenação

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Comitê Gestor

Adauto Lúcio Cardoso

Inaia Maria Moreira de Carvalho

Jupira Gomes de Mendonça

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Luciana Correa do Lago

Luciano Joel Fedozzi

Luis Renato Bezerra Pequeno

Marcelo Gomes Ribeiro

Maria do Livramento M. Clementino

Orlando Alves dos Santos Junior

COMITÊ EDITORIAL

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Tuanni Rachel Borba

A série Texto para Discussão tem como objetivo divulgar resultados parciais de pesquisas desenvolvidas no Observatório das Metrôpoles, os quais, por sua relevância, levam informações para outros pesquisadores e estabelecem um espaço para debate e reflexão. A divulgação por meio da série não constitui publicação, portanto, não impede a edição em outros locais já que o Copyright permanece com os autores.

É permitida a reprodução parcial deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são expressamente proibidas.

Transformações recentes da Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras – Relatório RMB

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima
Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Ponte
Prof. Dr. Ricardo Bruno Nascimento dos Santos
Prof. Dr. Raul da Silva Ventura Neto
Msc. Nayara Sales Barros

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta análises preliminares acerca da dinâmica da estrutura social da Região Metropolitana de Belém (RMB), a partir do exame de dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua PNADCs de 2012 a 2017 pelo Núcleo Belém. Trata-se da continuidade dos trabalhos iniciados em 1999, cuja ênfase está nas modificações ocorridas na composição social conforme detectadas pelos censos demográficos do IBGE.

Diferente dos trabalhos anteriores, o esforço do Observatório das Metrôpoles em dar continuidade às análises, agora por meio do exame dos dados das PNADCs, proporciona uma abrangência maior das pesquisas nos períodos inter-censos. A metodologia de análise das categorias ocupacionais foi mantida, embora a composição tenha sofrido mudanças em função de novas classificações adotadas nas PNADCs. Seguindo as estratégias de análise da metodologia do Observatório, buscar-se-á responder de forma preliminar as seguintes questões:

- a) As estratégias de análises sugeridas no plano de trabalho do TR dizem respeito ao aprofundamento do entendimento das particularidades da RMB quanto à representatividade, ao longo do tempo, das categorias sócio-ocupacionais ou agrupamentos de categorias sócio-ocupacionais, sobretudo em relação a como expressarem reflexos da dinâmica econômica do país e da Região Norte, sugerida como uma primeira estratégia de análise.
- b) Já uma segunda estratégia, também desenvolvida neste artigo, refere-se à hipótese de surgimento de uma nova classe média no país e de sua permanência depois da crise de 2015, identificável pela estrutura de classe de renda e das categorias sócio-ocupacionais.
- c) A terceira estratégia de análise diz respeito à incorporação da população não ocupada na análise da estrutura de classes da RMB.
- d) As duas últimas estratégias sugeridas são, a saber: análise visando relacionar a estrutura de classe de metrópole brasileira com a pobreza urbana, compreendida pela situação de renda, de modo que a última centrada na análise das desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho, relacionando escolaridade, ocupação e renda na RMB, que

serão objeto de relatório a ser desenvolvido no seguimento da pesquisa.

Assim, o artigo é organizado em sessões que dão conta das três primeiras estratégias. Na primeira, seguindo esta introdução, são resgatadas questões já trabalhadas em estudos anteriores nos quais se situa a estrutura social da RMB nas últimas décadas diante de modificações na dinâmica econômica regional. Observam-se peculiaridades devidas a modificações no papel do setor público, grande responsável pela injeção de capital na região Norte até então. A substituição do setor público enquanto mobilizador da economia é sentida a partir no final da década de 1990. Já nesta sessão faz-se uma comparação entre os dados anteriores e aqueles da PNADC em termos absolutos, e com as taxas geométricas da variação nas representatividades de cada uma das categorias sócio-ocupacionais. As taxas geométricas de variação foram calculadas para o período 2012-2017. Na seção seguinte, o foco são a estrutura de renda e as categorias sócio-ocupacionais. Na sequência, observa-se a incorporação de pessoas não ocupadas à estrutura de classes da RMB. Na última seção do artigo são feitas considerações sobre os resultados e as análises feitas.

2. A ESTRUTURA SOCIAL DA RMB 2012-2017: ALTERAÇÕES E PERMANÊNCIAS

As mudanças estruturais da década 1990-2000, decorrentes do fim da ditadura em 1985, marcaram a descentralização política e o início da abertura econômica em meio a um processo de reestruturação produtiva que levou o desemprego industrial e o fechamento de empresas para o Sudeste e Sul do país. Nos estados do Norte, além de não ter ocorrido movimento semelhante, dada a reduzida produção industrial, ocorre uma redução de investimentos públicos. Isto leva a uma posição de maior destaque para o setor privado, agora como protagonista da economia por meio da implantação de serviços e atividades do setor terciário. Não se trata de situação nova, pelo contrário, é continuidade da supremacia do terciário nas cidades médias amazônicas e, principalmente, na RMB. Por outro lado, deve ser registrado que continua o padrão de investimento público em infraestrutura e em equipamentos públicos, assim como um perfil de criação de serviços especializados em paralelo àqueles de baixa qualificação e remuneração. As deficiências de infraestrutura e equipamentos continuam existindo na região até a década presente, não havendo, portanto, presença do setor privado como promotor da base do desenvolvimento econômico ou territorial da RMB, embora ganhe proeminência como empregador.

Na década seguinte, o crescimento econômico ocorre com uma espécie de retorno ao papel desempenhado pela Amazônia no desenvolvimento brasileiro: se por um lado, a pauta ambiental colocou os recursos naturais da região em foco, demandando medidas de regulação fundiária, de controle do desmatamento e de reorganização da produção, o principal projeto governamental, o PAC na Amazônia, trouxe de volta projetos energéticos e ambientalmente discutíveis na forma de hidrelétricas e estradas para o

escoamento da produção crescente de soja na região. Considerando tais elementos como indicadores recentes acerca de variações ocasionais em torno da continuidade da importância do setor terciário, a estrutura social detectada pelos dados censitários, já analisados pelo Observatório das Metrôpoles (CARDOSO; LIMA, 2015) mostra o peso maior das ocupações médias e de trabalhadores do secundário que, juntas, representam aproximadamente metade da estrutura social da RMB. Em 2000, as ocupações médias passaram a somar juntamente com os trabalhadores do terciário especializado e os trabalhadores do secundário mais da metade da população ocupada, panorama que se repetiu no Censo de 2010. Seria a confirmação da função da metrópole como prestadora de serviços ao restante do Estado, seja por meio de ocupações médias, voltadas a atividades de apoio tanto para o setor público quanto para o privado, seja por meio de ocupações voltadas ao atendimento de saúde e educação, bem como da ênfase do comércio entre os trabalhadores do terciário especializado.

Nos anos cobertos pela PNAD Contínua em análise, verificou-se um crescimento relativo da participação dos Trabalhadores do Terciário Especializado, de 22,57% em 2012 para 25,70% em 2017 na composição de cada ano (Tabelas 1 e 2), trata-se de uma elevação relativa de 14%, mantendo-se a maior entre as grandes categorias de ocupações. Dentre estas, a participação dos trabalhadores do comércio passa de 14,02% em 2012 para 16,19% em 2017 (15% de elevação relativa da participação no período), quase o dobro da participação dos prestadores de serviços especializados que compõem a grande categoria, o que confirma a importância do terciário da RMB para o estado e para a região, razão por que também vale observar a continuidade da concentração de estabelecimentos comerciais nos municípios que compõem a RMB.

Tabela 1 – Evolução das grandes categorias sócio-ocupacionais em números absolutos, Região Metropolitana de Belém 2012-2017.

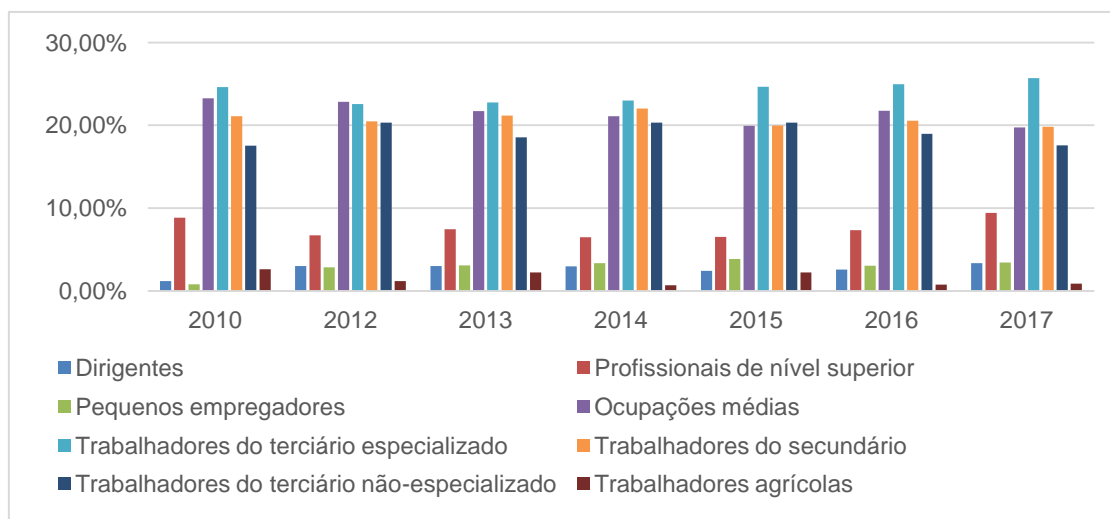
Categoria	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Grandes empregadores	28.328	29.699	29.895	24.126	26.019	33.388
Profissionais de nível superior	63.287	74.011	65.183	64.438	73.467	93.579
Pequenos empregadores	26.629	30.677	33.697	38.25	30.739	34.2
Ocupações médias	214.372	214.922	212.224	197.24	217.785	195.73
Trabalhadores do terciário especializado	211.845	225.345	231.211	243.717	249.99	254.857
Trabalhadores do secundário	192.276	209.778	221.512	197.267	205.928	196.552
Trabalhadores do terciário não-especializado	190.817	183.811	204.323	200.965	190.055	174.382
Trabalhadores agrícolas	11.136	22.1	6.999	21.987	7.764	8.837
Total	938.689	990.343	1.005.043	987.991	1.001.746	991.526

Fonte: IBGE/PNAD contínua 2012 a 2017

Tabela 2 – Evolução percentual das grandes categorias sócio-ocupacionais, Região Metropolitana de Belém 2012-2017.

Categoria	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dirigentes	1,20%	3,02%	3,00%	2,97%	2,44%	2,60%	3,37%
Profissionais de nível superior	8,83%	6,74%	7,47%	6,49%	6,52%	7,33%	9,44%
Pequenos empregadores	0,81%	2,84%	3,10%	3,35%	3,87%	3,07%	3,45%
Ocupações médias	23,27%	22,84%	21,70%	21,12%	19,96%	21,74%	19,74%
Trabalhadores do terciário especializado	24,62%	22,57%	22,75%	23,01%	24,67%	24,96%	25,70%
Trabalhadores do secundário	21,10%	20,48%	21,18%	22,04%	19,97%	20,56%	19,82%
Trabalhadores do terciário não-especializado	17,56%	20,33%	18,56%	20,33%	20,34%	18,97%	17,59%
Trabalhadores agrícolas	2,61%	1,19%	2,23%	0,70%	2,23%	0,78%	0,89%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD contínua 2012 a 2017

Gráfico 1 – Evolução anual, a partir da PNAD Contínua, da representatividade percentual das categorias sócio-ocupacionais na Região Metropolitana de Belém, 2010-2017.

Fonte: IBGE/PNAD 1995 a 2015.

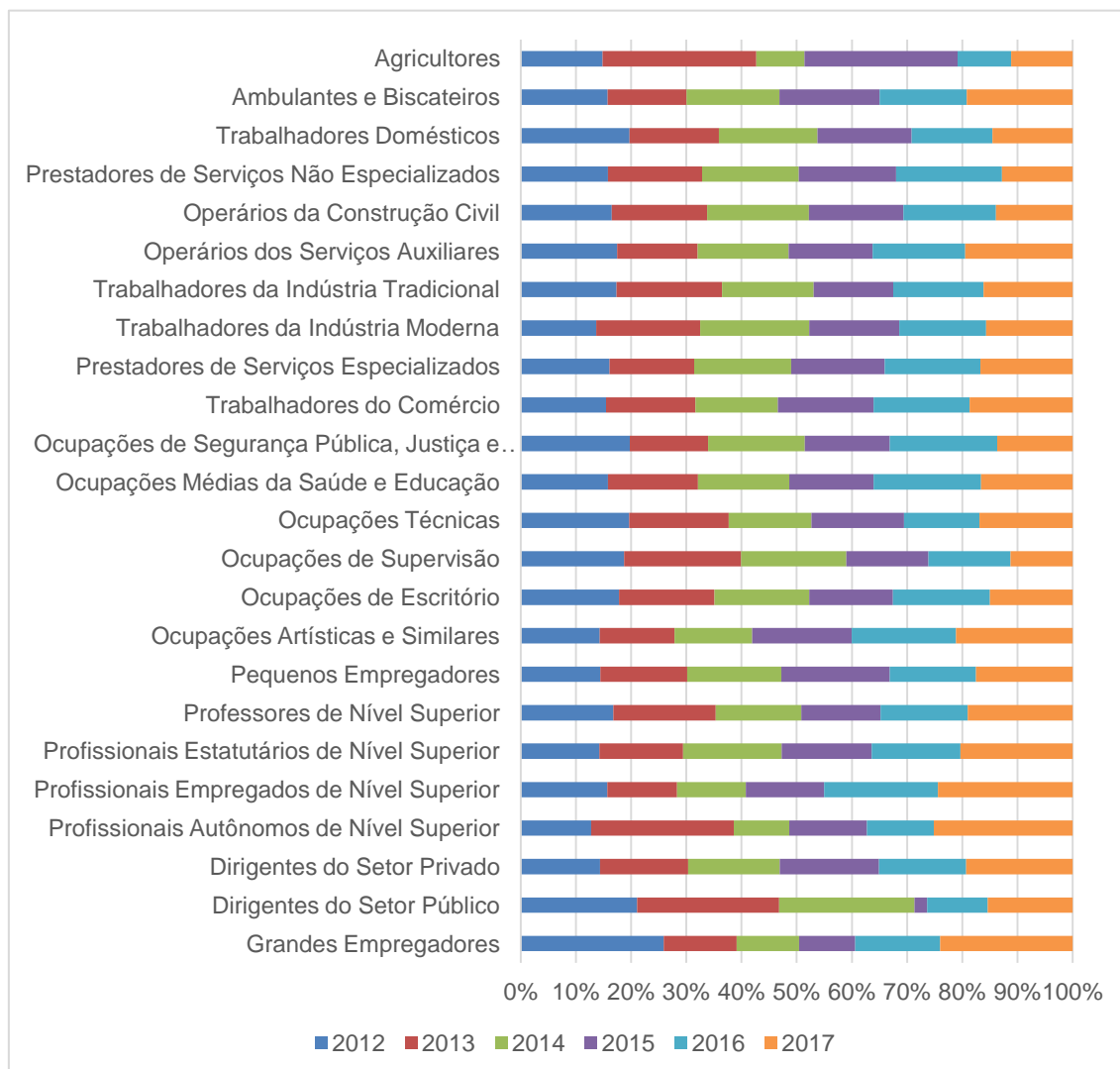
Merece destaque a participação dos operários da construção civil: em 2012, eles alcançam a participação de 9,39% e 7,52% em 2017, de 7,52% embora tenha ocorrido a diminuição relativa de 20%, superam os valores percentuais referentes aos trabalhadores da indústria moderna (3,11% em 2012 e 2,58% em 2017, uma queda relativa de 17% no período) e tradicional (3,85% em 2012 e 3,25% em 2017, uma queda relativa de 16% no período, similar à categoria indústria moderna). A sazonalidade desta indústria e de sua demanda por força de trabalho, contudo, faz-se sentir como reflexo direto do aquecimento da economia, dada a maior redução proporcional maior na construção civil do que na indústria de transformação e manufatura em geral. As alterações na configuração do acesso ao crédito imobiliário pela indústria do setor representam uma grande mudança na economia local. A partir de 2008, os programas governamentais de estímulo ao setor somados à demanda por moradias fizeram com que houvesse um aquecimento da construção civil e os efeitos disso nas áreas urbanas são percebidos com

o aumento no número de edificações produzidas naquele período. Segundo dados da Prefeitura de Belém foram expedidos anualmente, em média, 20 habite-se para edificações com mais de 20 pavimentos entre 2005 e 2010, enquanto os valores nos anos subsequentes apresentaram queda (VENTURA NETO, 2012).

Quanto à presença de profissionais de nível superior nos dados anuais, com exceção dos profissionais autônomos, com diminuição, é possível identificar em 2017 valores superiores àqueles observados no ano de 2012. O percentual de ocupados com nível de instrução superior na RMB atingiu 2,72% em 2017, enquanto em 2012 era de 1,75%, contribuindo para que o peso dos profissionais de nível superior, como categoria geral, ficasse na ordem de 8,83% no ano de 2017 (Tabela 3). Tal incidência estaria diretamente relacionada ao aumento do número de instituições de ensino superior privadas em mais de um município, além de Belém, e guarda relação com o perfil predominantemente terciário da Região Metropolitana.

A alta representatividade da RMB na prestação de serviços faz parte do seu papel de apoio antes mais próximo do centro decisório do processo de desenvolvimento regional desenhado por meio da participação do setor público que instalou ali o aparato regional para projetos econômicos até os anos 1990, retirando-se na década seguinte. Isso pode ser observado no declínio da participação de dirigentes do setor público (a uma taxa de -16,24 observada na Tabela 3 a seguir) incluindo bancos estatais, representantes dos poderes e de todas as sedes do governo estadual, e em menor escala de ocupações médias (-1,386 na Tabela 3) isto se observa ainda pela presença, dentre as ocupações médias, de ocupações de escritório (-1,84).

Gráfico 2 – Evolução percentual das categorias sócio-ocupacionais, Região Metropolitana de Belém, 2012 - 2017.



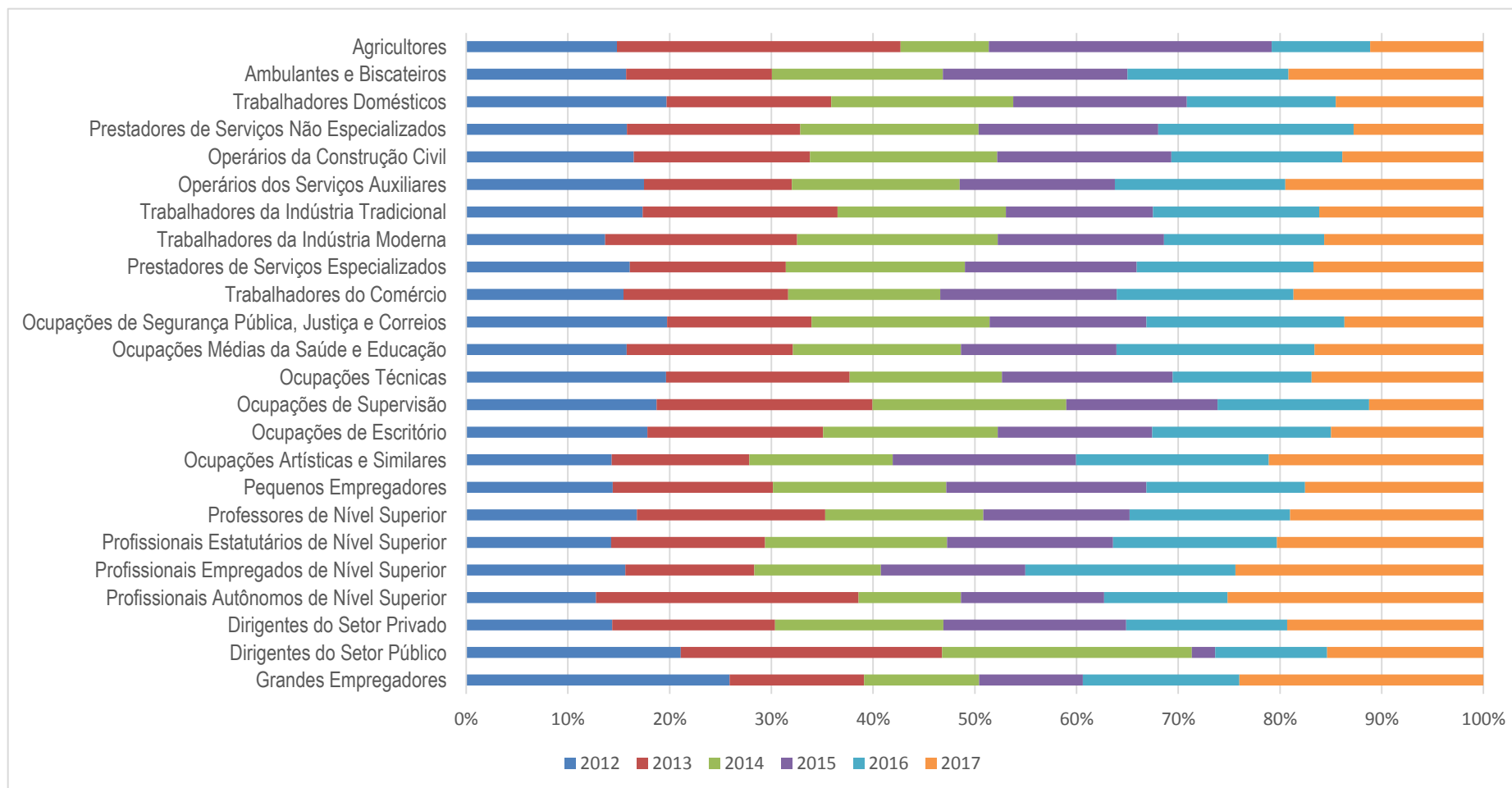
Fonte: IBGE/PNAD 1995 a 2015.

Tabela 2 – Distribuição relativa do número de ocupados na Indústria de Transformação e de suas subcategorias ocupacionais por idade na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2012 a 2017

Categoria	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Grandes Empregadores	0,72%	0,37%	0,31%	0,28%	0,43%	0,66%
Dirigentes do Setor Público	0,63%	0,77%	0,74%	0,07%	0,33%	0,46%
Dirigentes do Setor Privado	1,67%	1,86%	1,92%	2,09%	1,84%	2,24%
Profissionais Autônomos de Nível Superior	0,67%	1,36%	0,53%	0,74%	0,64%	1,32%
Profissionais Empregados de Nível Superior	1,75%	1,41%	1,39%	1,59%	2,31%	2,72%
Profissionais Estatutários de Nível Superior	1,70%	1,81%	2,13%	1,95%	1,92%	2,42%
Professores de Nível Superior	2,62%	2,90%	2,43%	2,25%	2,47%	2,97%
Pequenos Empregadores	2,84%	3,10%	3,35%	3,87%	3,07%	3,45%
Ocupações Artísticas e Similares	1,04%	0,99%	1,03%	1,32%	1,38%	1,54%
Ocupações de Escritório	8,80%	8,54%	8,48%	7,50%	8,69%	7,40%
Ocupações de Supervisão	1,95%	2,21%	1,99%	1,55%	1,55%	1,17%
Ocupações Técnicas	5,26%	4,82%	4,00%	4,49%	3,65%	4,52%
Ocupações Médias da Saúde e Educação	3,08%	3,19%	3,22%	2,99%	3,80%	3,24%
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	2,70%	1,94%	2,39%	2,11%	2,66%	1,87%
Trabalhadores do Comércio	13,40%	14,02%	12,97%	15,03%	15,05%	16,19%
Prestadores de Serviços Especializados	9,17%	8,73%	10,04%	9,63%	9,90%	9,52%
Trabalhadores da Indústria Moderna	2,26%	3,11%	3,26%	2,70%	2,59%	2,58%
Trabalhadores da Indústria Tradicional	3,49%	3,85%	3,33%	2,91%	3,29%	3,25%
Operários dos Serviços Auxiliares	5,80%	4,84%	5,48%	5,07%	5,56%	6,47%
Operários da Construção Civil	8,93%	9,39%	9,97%	9,29%	9,11%	7,52%
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,64%	6,08%	6,25%	6,31%	6,85%	4,56%
Trabalhadores Domésticos	10,10%	8,31%	9,18%	8,74%	7,52%	7,44%
Ambulantes e Biscateiros	4,58%	4,17%	4,90%	5,29%	4,61%	5,59%
Agricultores	1,19%	2,23%	0,70%	2,23%	0,78%	0,89%
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	%	%	%	%	%	%

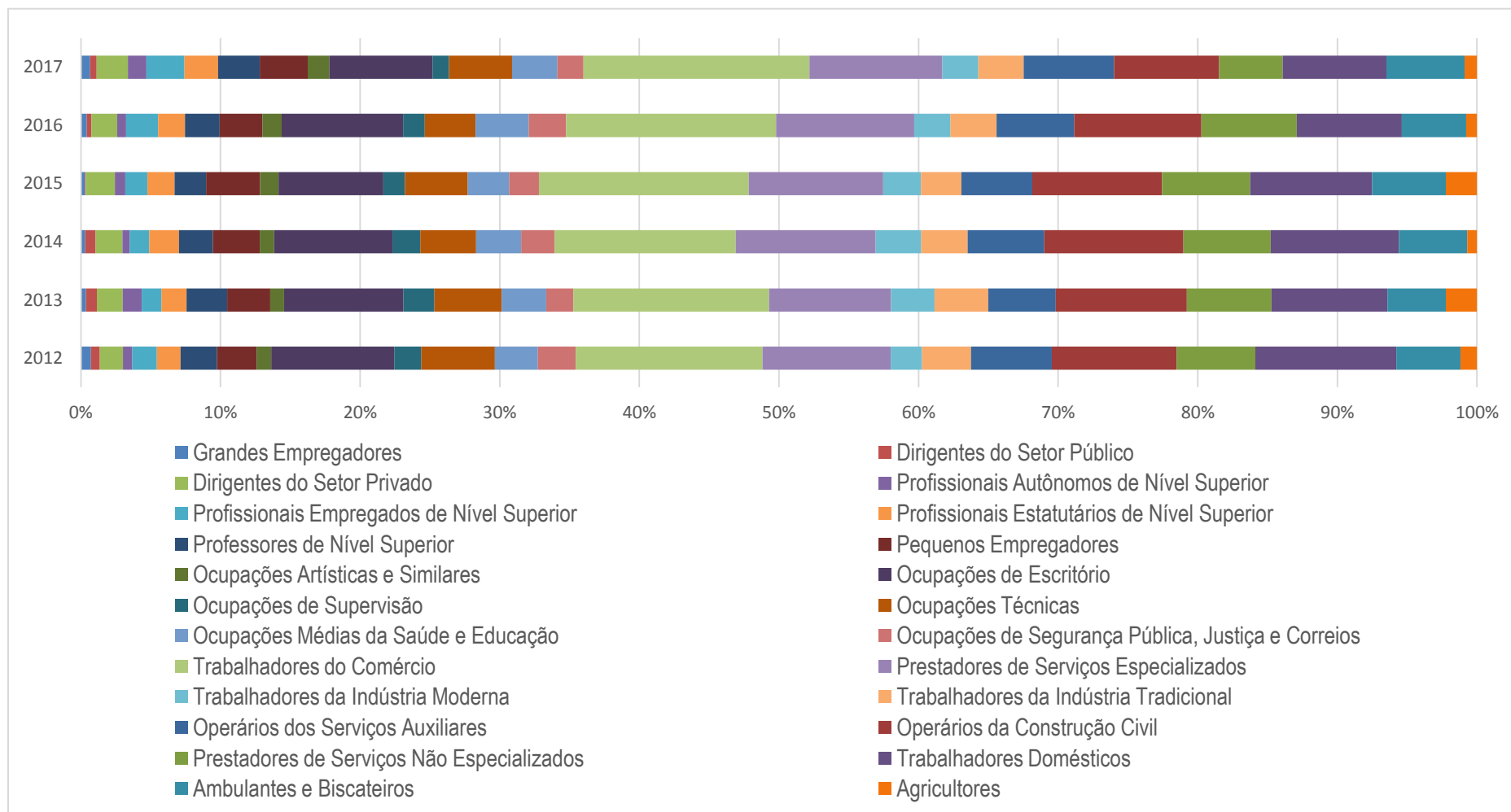
Fonte: IBGE/PNAD contínua 2012 a 2017

Gráfico 3 – Distribuição percentual das categorias sócio-ocupacionais por ano, Região Metropolitana de Belém, 2012-2017.



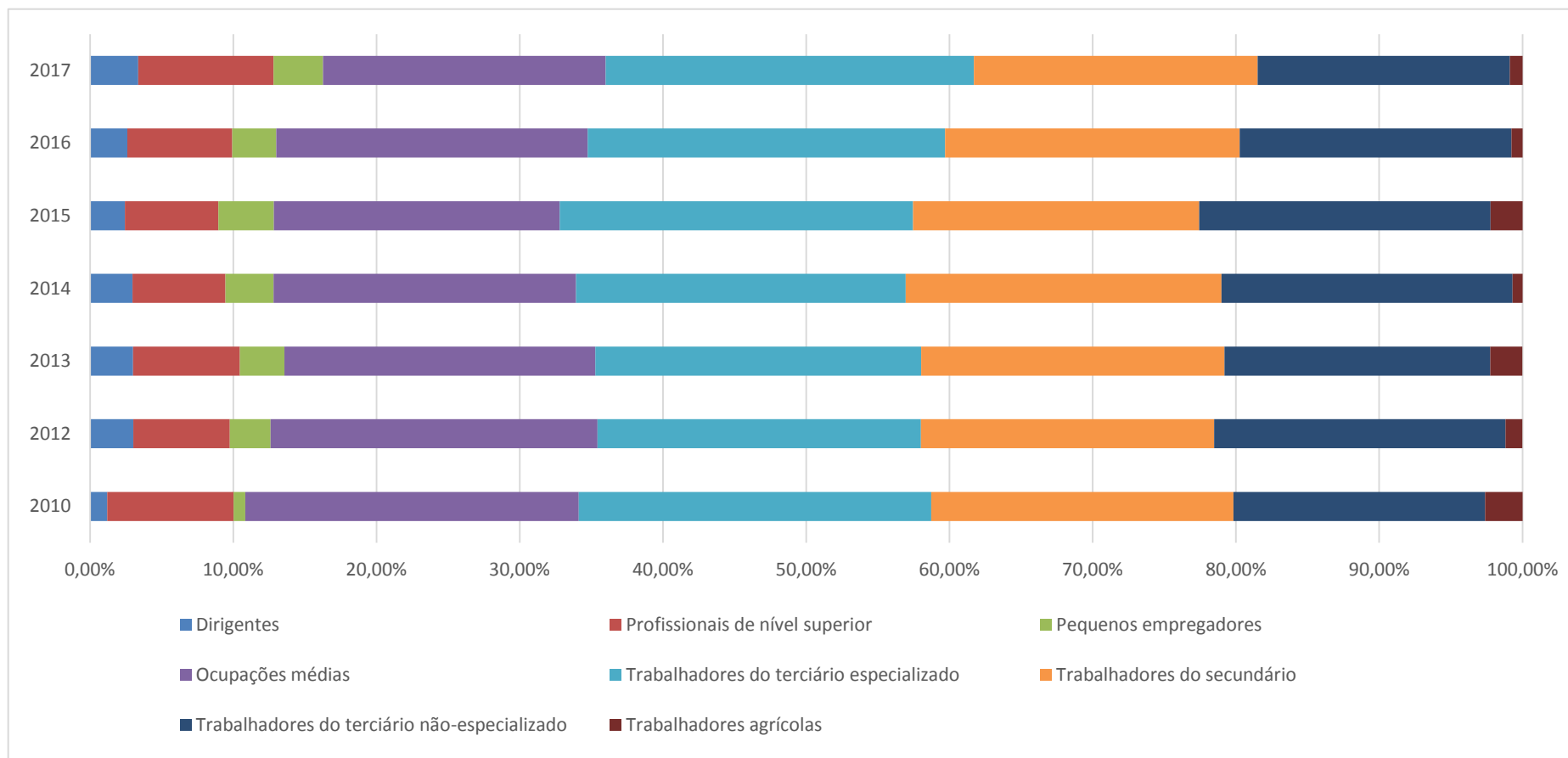
Fonte: IBGE/PNAD 1995 a 2015.

Gráfico 4 – Distribuição de categorias socio-ocupacionais por ano, Região Metropolitana de Belém, 2012-2017.



Fonte: IBGE/PNAD 1995 a 2015.

Gráfico 5 – Distribuição das grandes categorias sociocupacionais por ano, Região Metropolitana de Belém, 2012-2017.



Fonte: IBGE/PNAD 1995 a 2015.

3.3. VARIAÇÕES ENTRE 2012 E 2017 SEGUNDO TAXAS GEOMÉTRICAS

Sugerida nacionalmente, a hipótese de que houve no período 2012-2017 uma redução da participação do trabalho manual e aumento da participação do trabalho não manual se confirma na RMB, embora em percentuais pouco expressivos. Houve uma redução da participação dos trabalhadores do secundário (-0,176) e dos trabalhadores do terciário não especializado (-1,042), ao mesmo tempo em que ocorreu um aumento de participação dos trabalhadores do terciário especializado (3,749). Diferente de outras RMs, pela parca base industrial local, a participação dos trabalhadores da indústria moderna se mantém quase inalterada com um pequeno aumento de 0,69, já a tradicional reduziu (-1,93), apesar do aumento da participação dos trabalhadores dos serviços auxiliares (3,42). Por outro lado, ocorreu redução dos operários da construção civil (-2,06).

Tabela 4 – Taxas geométricas¹ de evolução das grandes categorias sócio-ocupacionais, Região Metropolitana de Belém 2012-2017.

Categoria	TGC
Grandes empregadores	0,603
Profissionais de nível superior	5,645
Pequenos empregadores	4,034
Ocupações médias	-1,386
Trabalhadores do terciário especializado	3,749
Trabalhadores do secundário	-0,176
Trabalhadores do terciário não-especializado	-1,042
Trabalhadores agrícolas	-8,606
Total	0,835
Sistema	0,804
Total	0,813

Fonte: IBGE/PNAD contínua 2012 a 2017

A participação dos trabalhadores do terciário não especializado se deveu, principalmente, à redução da participação dos trabalhadores domésticos (-4,43), enquanto observou-se crescimento relevante dos ambulantes e biscateiros na RMB (4,83), ao passo que os prestadores de serviços não especializados terem diminuído seu peso ao longo desse período (-1,16). O mercado de trabalho precarizado é há muito uma característica das ocupações de baixa renda na Região Metropolitana de Belém (RMB).

Em relação ao aumento da participação do trabalho não manual, podemos observar uma participação maior dos profissionais de nível superior; os profissionais

¹ A Taxa Geométrica de Crescimento visa captar como, ao longo do período analisado, evoluiu cada categoria sócio-ocupacional. A partir de uma regressão simples que utilizou o logaritmo natural do número de empregados como variável dependente em cada ano e a variável tendência (evolução temporal) como variável independente. O modelo geométrico pode ser representado pela seguinte expressão:

$$\ln(Y_t) = \alpha + \beta t + \varepsilon_t$$

Y são as categorias sócio-ocupacionais e t o tempo. A taxa de crescimento r é obtida pelo antilog do coeficiente β e subtraindo-se a unidade: $r = \text{antilog}(\beta) - 1$. Multiplicando-se o resultado por 100, tem-se a taxa de crescimento em termos percentuais.

autônomos de nível superior na RMB aumentaram 5,14, enquanto os profissionais empregados de nível superior cresceram 12,45, enquanto a participação de professores de nível superior teve apenas 1,02 de aumento. Quanto à participação das ocupações médias, houve aumento das ocupações da saúde e educação (2,88) e, enquanto da justiça, correios e segurança diminuiu (-2,07).

Dos anos recenseados no período coberto pela PNAD Contínua de 2012 a 2017, observa-se que o grupo de dirigentes teve uma participação em torno de 2,5% na RMB. Em 2010, a participação havia sido de 1,20%. Embora seja uma participação pequena em cada ano, a alteração de aproximadamente 1,5 pontos percentuais deve-se à instalação de atividades comerciais na RMB, principalmente com a volta de instâncias decisórias do setor privado que haviam sido transferidas de outras regiões metropolitanas do Brasil para a RMB. Merecendo destaque que, em relação à participação dos dirigentes houve a confirmação do que já se vislumbrava na década anterior: enquanto decaiu a participação dos dirigentes do setor público (-16,24), há um crescimento dos dirigentes do setor privado (5,34). Note-se a formalização crescente da categoria das pessoas vinculadas ao trabalho agrícola, entre as PNADCs de 2012 e 2017.

Deve ser notada a persistência da categoria trabalhadores do comércio como mais expressiva na RMB, seguida das categorias de prestadores de serviços especializados, operários da construção civil, trabalhadores domésticos, ocupações de escritório e prestadores de serviços não-especializados, em média geométrica das CATs no período 2012-2017 (Tabela 3). Estas categorias sócio-ocupacionais constituem, predominantemente, estratos de baixa e média-baixa renda, característicos de uma economia de baixa especialização técnica, baixa mobilidade vertical da força de trabalho. No extremo oposto, e considerando a mesma média geométrica pelo percentual de participação das categorias na Região Metropolitana de Belém (RMB), os dirigentes do setor público seriam a categoria de menor peso bruto, seguida dos grandes empregadores, de profissionais autônomos de nível superior e de agricultores (estes, com o maior percentual de ausência de dados sobre a renda nominal; Tabela 7; Tabela 8). Esta polarização reflete, e reforça, o argumento da caracterização das CATs na RMB em uma estrutura social de baixa remuneração, baixa qualificação técnica e poder, no espaço social, concentrado.

Tabela 5 – Taxas geométricas de evolução das categorias sócio-ocupacionais, Região Metropolitana de Belém 2012-2017.

CATS	TGC 2012-2017
Grandes Empregadores	0,75
Dirigentes do Setor Público	-16,24
Dirigentes do Setor Privado	5,34
Profissionais Autônomos de Nível Superior	5,14
Profissionais Empregados de Nível Superior	12,45
Profissionais Estatutários de Nível Superior	6,36
Professores de Nível Superior	1,02
Pequenos Empregadores	4,03
Ocupações Artísticas e Similares	10,49
Ocupações de Escritório	-1,84
Ocupações de Supervisão	-9,69
Ocupações Técnicas	-3,33
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,88
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	-2,07
Trabalhadores do Comércio	4,67
Prestadores de Serviços Especializados	2,36
Trabalhadores da Indústria Moderna	0,69
Trabalhadores da Indústria Tradicional	-1,93
Operários dos Serviços Auxiliares	3,42
Operários da Construção Civil	-2,06
Prestadores de Serviços Não Especializados	-1,16
Trabalhadores Domésticos	-4,43
Ambulantes e Biscateiros	4,83
Agricultores	-8,61
Total	0,84

Fonte: IBGE/PNAD contínua 2012 a 2017

A conclusão é a de que a estrutura de classes da RMB apesar de acompanhar em certa medida uma tendência nacional de ampliação do trabalho não manual e, mesmo dentro do trabalho manual, ampliam-se trabalhos mais relacionados aos serviços especializados, o que aponta para maiores ocupações relativas ao setor de serviços. Mesmo que possa ser classificado como um processo de desproletarização, há em contrapartida declínio da participação dos operários da construção civil, decorrente da saída de investimentos públicos que já ao final do período altera a participação do setor da construção civil.

4. RENDIMENTO E CLASSES SOCIAIS NO PERÍODO 2012-2017

O rendimento nominal médio do período do Censo Demográfico 2010 do IBGE para homens e mulheres a partir de 10 anos de idade na Região Metropolitana de Belém era de R\$ 1.244,38 (IBGE, 2010). Para homens, este rendimento era de R\$ 1.374,54; para mulheres, era de R\$ 1.069,60. O rendimento médio mensal das mulheres em 2010,

segundo o Censo, era 14% menor do que a média da Região Metropolitana e 22% menor do que o dos homens. O rendimento dos homens era 9,5% maior do que a média do período (Tabela 6).

Tabela 6 – Extrato do Censo Demográfico 2010 por sexo, seção de atividade do trabalho e rendimento médio mensal revela aspectos estruturais da desigualdade na inserção no mundo do trabalho na RMB²

Condição de contribuição para instituto de previdência oficial no trabalho principal - Total			
Seção de atividade do trabalho principal	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	1244,38	1374,54	1069,6
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1289,47	1205,06	1800,59
Indústrias extrativas	4203,55	4342,64	3428,34
Indústrias de transformação	973,49	1101,46	751,35
Eletricidade e gás	1628,03	1756,78	1255,41
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1477,34	1264,03	2246,1
Construção	891,73	874,92	1450,29
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	974,99	1084,86	829,32
Transporte, armazenagem e correio	1213,57	1201	1367,41
Alojamento e alimentação	751,55	844,1	683,79
Informação e comunicação	1592,07	1629,9	1495,82
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2290,09	2455,78	2073,36
Atividades imobiliárias	1762,72	2132,79	1060,92
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2751,18	3103,99	2267,18
Atividades administrativas e serviços complementares	871,5	885,43	829,49
Administração pública, defesa e seguridade social	2661,32	2727,74	2547,79
Educação	1634,09	2058,74	1428,61
Saúde humana e serviços sociais	1877,57	2631,15	1567,49
Artes, cultura, esporte e recreação	1159,22	1140,46	1190,27
Outras atividades de serviços	813,41	945,53	701,33
Serviços domésticos	444,74	550,93	436,82
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	2500	2500	-
Atividades mal especificadas	1386,04	1479,13	1239,86

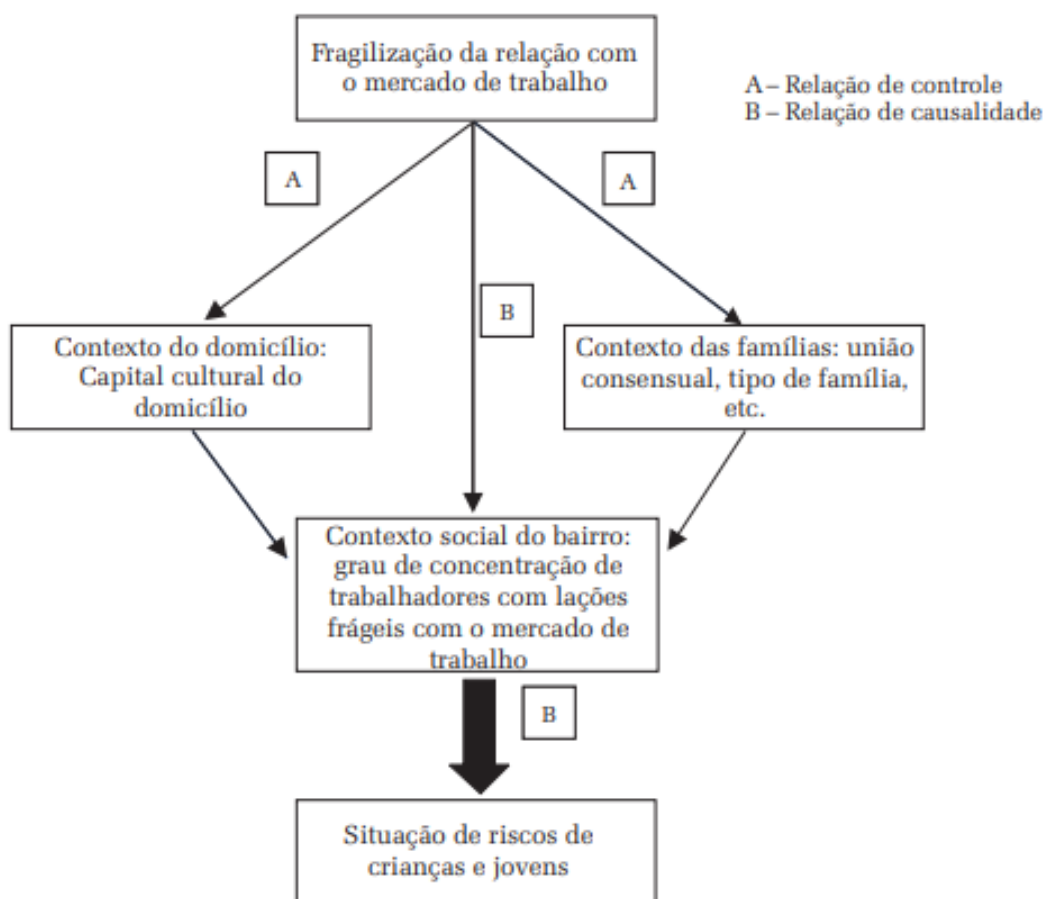
Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

No geral as atividades predominantes quantitativamente, em termos do número de pessoal envolvido, são de baixa remuneração na Região Metropolitana de Belém. Na categoria trabalhadores do terciário não-especializado, por exemplo, equivalente ao mesmo grande setor de maior representatividade na estrutura social da RMB, há um peso de 77% em 2012 e de 71% em 2017 (Tabela 7; Tabela 8). Deste modo, mesmo

² Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal, por sexo e condição de contribuição para instituto de previdência oficial no trabalho principal, segundo a seção de atividade do trabalho principal.

com o aumento da participação absoluta e relativa do setor privado, e mesmo com a relativa elevação de renda produzida na primeira metade da década de 2010, a estrutura social ainda reflete uma distribuição desigual da renda, e principalmente uma morfologia social, de certo modo influenciada pela demografia, com suas desigualdades aparentemente inerentes, no sentido socioeconômico, conforme Halbwachs (1938). De modo inequívoco, a reprodução da concentração de riqueza, de acesso a mecanismos redistributivos, serviços urbanos e oportunidades se relaciona diretamente com a inserção, não apenas individual, mas de classe e de categoria, no mundo do trabalho (RIBEIRO, 2010).

Figura 1 – Diagrama de vulnerabilização de populações, estruturação residencial e econômica metropolitana no Brasil.



Fonte: Ribeiro (2010, p. 223).

Tabela 7 – Distribuição percentual do rendimento médio pelas grandes categorias sócio-ocupacionais, Região Metropolitana de Belém - 2012.

Categorias 2012	Ausente (%)	Até 1.000,00 (%)	1.000,01 a 2.000,00 (%)	2.000,01 a 3.000,00 (%)	3.000,01 a 5.000,00 (%)	5.000,01 a 10.000,00 (%)	10.000,01 e mais (%)	Total
Grandes empregadores	1,91%	4,81%	16,29%	23,96%	16,86%	16,41%	19,77%	100,00%
Profissionais de nível superior	0,00%	9,42%	20,11%	24,07%	24,13%	19,00%	3,28%	100,00%
Pequenos empregadores	0,00%	7,22%	22,36%	28,33%	21,08%	17,66%	3,36%	100,00%
Ocupações médias	0,86%	31,86%	37,29%	18,14%	7,69%	3,02%	1,16%	100,00%
Trabalhadores do terciário especializado	1,69%	55,30%	29,61%	9,90%	2,21%	0,93%	0,37%	100,00%
Trabalhadores do secundário	2,12%	46,10%	38,96%	8,91%	2,88%	1,02%	0,00%	100,00%
Trabalhadores do terciário não-especializado	1,03%	77,18%	17,22%	2,81%	1,25%	0,51%	0,00%	100,00%
Trabalhadores agrícolas	12,13%	68,23%	19,64%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total	1,42%	46,68%	29,39%	11,92%	5,83%	3,49%	1,26%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD contínua 2012 a 2017

Tabela 8 – Distribuição percentual do rendimento médio pelas grandes categorias sócio-ocupacionais, Região Metropolitana de Belém – 2017.

Categorias 2017	Ausente (%)	Até 1.000,00 (%)	1.000,01 a 2.000,00 (%)	2.000,01 a 3.000,00 (%)	3.000,01 a 5.000,00 (%)	5.000,01 a 10.000,00 (%)	10.000,01 e mais (%)	Total
Grandes empregadores	0,00%	8,41%	23,91%	15,22%	26,21%	16,23%	10,02%	100,00%
Profissionais de nível superior	0,00%	11,35%	17,59%	22,91%	18,09%	19,23%	10,83%	100,00%
Pequenos empregadores	0,00%	17,39%	34,51%	8,46%	18,20%	12,91%	8,53%	100,00%
Ocupações médias	0,41%	29,39%	43,08%	12,15%	9,27%	4,40%	1,30%	100,00%
Trabalhadores do terciário especializado	3,84%	55,49%	29,54%	7,04%	2,43%	1,41%	0,24%	100,00%
Trabalhadores do secundário	0,18%	52,06%	37,32%	7,21%	3,07%	0,16%	0,00%	100,00%
Trabalhadores do terciário não-especializado	0,82%	70,61%	26,28%	1,64%	0,66%	0,00%	0,00%	100,00%
Trabalhadores agrícolas	7,48%	54,89%	30,43%	7,20%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total	1,32%	45,25%	32,04%	8,96%	6,40%	4,07%	1,97%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD contínua 2012 a 2017

5. POPULAÇÃO NÃO OCUPADA NA RMB

O estudo de Duarte; Cirino; Sette (2018) traz alguns elementos explicativos do ponto de vista de uma abordagem econométrica:

De acordo com o Dieese/PA, mais de 400 mil pessoas trabalham no setor informal na Região Metropolitana de Belém (RMB), sendo 240 mil somente na capital, que é de 59,9% do pessoal ocupado. As principais causas do crescimento da economia informal na Região Metropolitana de Belém são o desemprego e a falta de qualificação profissional.

O crescimento acentuado do setor informal na RMB é, em parte, consequência direta tanto da migração rural quanto do deslocamento de trabalhadores de outros estados e regiões do país, e resultado do processo de “reestruturação produtiva” que hoje afeta a economia mundial, deve também levar em consideração as estratégias operacionalizadas pelos novos moradores da cidade, que procuram e encontram, através das conexões

disponíveis, alguma inserção no mercado de trabalho local. Essas conexões articulam pessoas que já estão no setor informal, e essa dinâmica de inserção tende a ampliar o número de novos integrantes (DUARTE; CIRINO; SETTE, 2018, p. 44).

Os autores ponderam que a informalidade econômica não é apenas ausência de registro formal do trabalho no âmbito do livre mercado; trata-se de relação imediatamente articulada a situações de desamparo quanto a direitos trabalhistas ou previdenciários (DUARTE; CIRINO; SETTE, 2018). Seria, portanto, uma modalidade de exclusão social, e ao mesmo tempo relacionada necessariamente a estratégias de sobrevivência no estudo conforme o estudo daqueles autores para o DIEESE³.

Na Região Metropolitana de Belém (RMB), na época da citada pesquisa, que também utiliza dados da PNADC (para o ano de 2013, principalmente), há forte correlação entre idade, escolaridade, etnia/raça e valor nominal médio da remuneração (Idem, op. cit.) Nas idades entre 24 e 40 anos, entre homens⁴, o nível de formalidade da ocupação é maior do que o nível de informalidade. Entre as faixas de 41 a 65 anos de idade, contudo, a proporção se inverte, e o rendimento obtido através de atividade econômica informal predomina sobre o trabalho e o ganho formais (Idem, ibidem). O estudo relaciona esta preponderância dos mais velhos entre aqueles que atuam no setor informal como necessidade de ganho material, principalmente. De modo adicional, citam aspectos como a expectativa e os benefícios da socialização e da “sensação de utilidade” diante da sociedade (DUARTE; CIRINO; SETTE, 2018).

Quanto às remunerações da população, entre setores formal e informal, nota-se que a maior diferença está situada nas faixas de maior renda, dentre os 10% melhor remunerados da amostra. A diferença de remuneração, então, perfazia os R\$ 1.000,00, em uma relação entre R\$ 6.081,38 (formal) e R\$ 5.030,55 (informal), o que representaria cerca de 21% de discrepância entre rendimento formal e informal para este último decil estatístico (DUARTE; CIRINO; SETTE, 2018) Deve ser notado que mesmo os valores médios mais elevados não são propriamente altos, contudo, diante das médias históricas elevadas da cesta básica e da inflação locais.

A formalidade na RMB estaria mais relacionada aos serviços, respondendo por 43% dos trabalhadores formais da PNADC, em média, enquanto o comércio responderia por cerca de 19% médios. Em terceiro lugar, a construção civil responderia por cerca de 15% da população remunerada (DUARTE; CIRINO; SETTE, 2018). Em contrapartida, a informalidade seria mais baixa na indústria (7% médios), sendo de 35% no setor de serviços, de 28% no setor da construção civil e de 26% médios no setor do comércio ((DUARTE; CIRINO; SETTE, 2018) As faixas de rendimento predominantes na RMB estariam situadas em até 2 salários mínimos, com 49% das ocupações situadas em 1 S.M. e 39% em 2 S.M. Deste modo, a sazonalidade de certos setores da economia (comércio, construção civil) convive com a precariedade historicamente instalada quanto a condições de trabalho, previdenciárias e dos direitos e garantias trabalhistas.

³ Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

⁴ A pesquisa destes três autores se propôs a estudar os dados metropolitanos principalmente da população masculina, com o argumento da grande discrepância de remuneração entre homens e mulheres para a análise estatística (DUARTE; CIRINO; SETTE, 2018).

A educação formal teria um ponto de corte situado na faixa entre 10 e 11 anos de estudo (Idem, op. Cit (DUARTE; CIRINO; SETTE, 2018). Isto equivaleria à conclusão do Ensino Médio e à entrada no Ensino Superior, faixas a partir das quais, para os dados da RMB, os rendimentos no setor formal tenderiam a se elevar em média 5,5% para cada ano acrescido de estudos formais (DUARTE; CIRINO; SETTE, 2018). Previsivelmente, os trabalhadores em situação de informalidade predominam fortemente dentre aqueles cuja escolaridade não ultrapassa os 10 anos (DUARTE; CIRINO; SETTE, 2018)

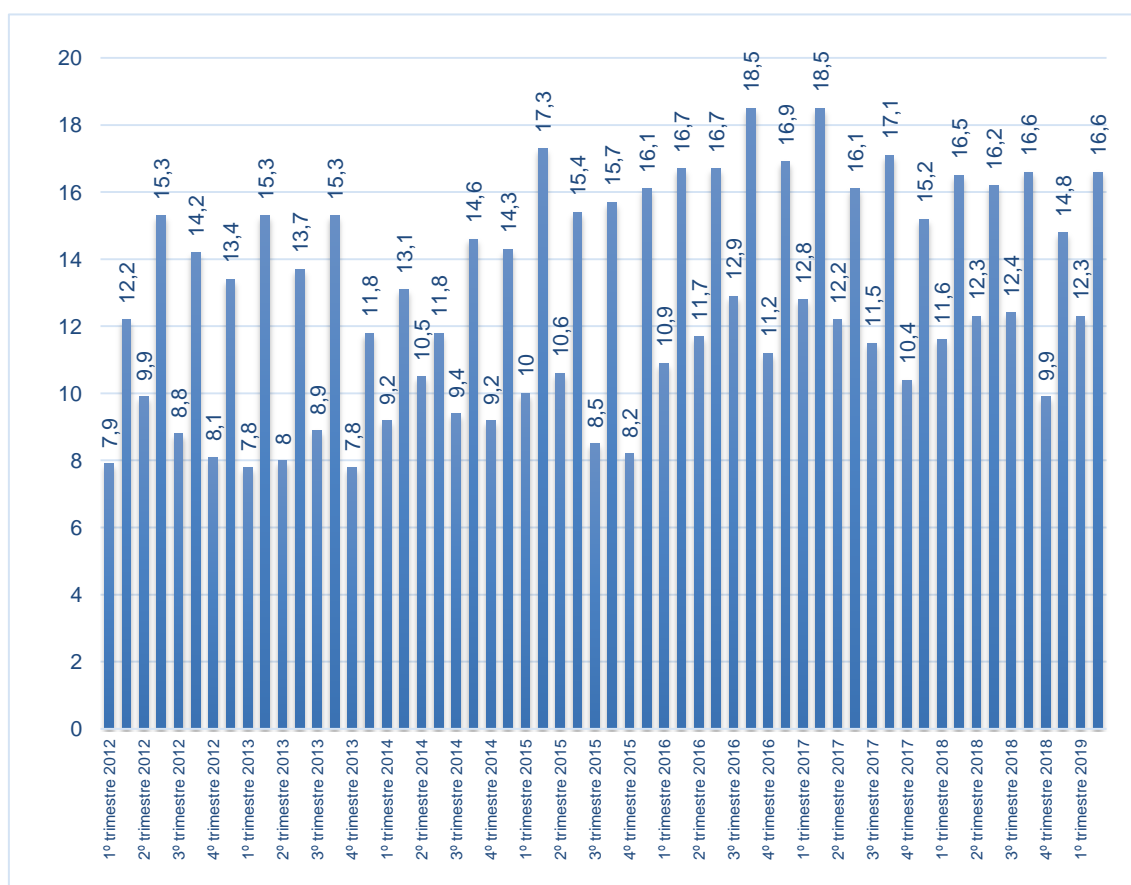
Tabela 9 – Número de ocupados no Terciário Especializado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1995 a 2015

Ano	Total de indivíduos classificados nas CATs	% indivíduos classificados sobre o total da população da RMB	Total de indivíduos não classificados nas CATs	% indivíduos não classificados sobre o total da população da RMB	Total da população da RMB
2012	938.689	43,52%	1.217.998	56,48%	2.156.687
2013	990.343	45,52%	1.185.174	54,48%	2.175.517
2014	1.005.043	45,81%	1.188.806	54,19%	2.193.849
2015	987.991	44,67%	1.223.690	55,33%	2.211.681
2016	1.001.746	44,94%	1.227.250	55,06%	2.228.996
2017	991.526	44,15%	1.254.281	55,85%	2.245.807

Fonte: IBGE/PNAD contínua 2012 a 2017

Recentemente, a taxa de desemprego medida pelo IBGE nas capitais apurou, para o Município de Belém, um percentual ainda maior do que a média nacional. Enquanto o Brasil apresentou em 2018 12,3% de desemprego em 2018, Belém-PA registrou 13,4% (CAVALLINI; SILVEIRA, 2019; Gráfico 6). Em média histórica, por exemplo, desde 2012 até 2019, a Região Metropolitana de Belém apresenta taxa de desocupação medida pelo IBGE em 12,57%. Para as mulheres, contudo, esta média (2012-2019, até o 1º trimestre de 2019) é de 15,38% (portanto 22% acima). Para homens, no mesmo período, a taxa de desocupação média trimestral consolidada seria de 10,17% (34% abaixo da desocupação das mulheres e 24% abaixo da média geral). Note-se que o rendimento médio de mulheres é menor e na leitura da razão de sexo e das taxas de dependência do estrato mais pobre da população é maior a ocorrência de mulheres como fonte de rendimento.

Gráfico 6 – PNADC trimestral do IBGE mostra taxas de desocupação entre 2012 e 2018; coluna ímpar para homens e par para mulheres, para quem o desemprego sempre é maior.



Fonte: SIDRA/IBGE (2018).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o mercado de trabalho brasileiro contemporâneo, boletim periódico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) coloca o seguinte:

Não obstante essa perda de dinamismo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que, além de fraco, o aumento da ocupação aconteceu, basicamente, nos setores informais da economia. De fato, o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), que indica um desempenho um pouco melhor do mercado de trabalho, mostra que o ritmo de criação de novas vagas formais vem perdendo fôlego nos últimos meses, combinado com uma estabilidade do número de contratações e um aumento das demissões. Adicionalmente, nota-se que quase um quarto dos empregos formais criados – de acordo com o Caged – foi baseado em contratos de trabalho parciais ou intermitentes. Ainda neste contexto, os dados de desalento e subocupação ajudam a corroborar o atual estado ainda ruim do mercado de trabalho (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019, p. 1).

A relação mais direta a ser estabelecida é feita com a reforma trabalhista (Lei federal n.º 13.467/2017) (BRASIL, 2017), mas o processo de desregulamentação das

relações produtivas e de trabalho vinha cumulativamente ocorrendo no contexto brasileiro desde meados dos anos 2010. Aspectos diversos relativos à migração de investimentos e a etapas de reestruturação econômica do país devem ser considerados.

A estrutura sugerida pelos dados da PNADC indica uma metrópole, como dito, de baixa especialização funcional. Embora tenha havido aumento significativo de ocupações em trabalhos especializados e mesmo de nível superior, e destaque para as ocupações artísticas e similares, houve também forte retração de ocupações de dirigentes do setor público, de atividades de supervisão e, curiosamente, de ocupações de agricultores (Tabela 5). A população rural da RMB não apenas vem sendo reduzida também seu acesso à terra e às possibilidades de atuação no setor primário vem sendo limitado, inclusive pelo controle das terras e pelo processo de expansão da periferia urbana precária em direção às áreas outrora formalmente rurais (PINHEIRO et al, 2016). Em paralelo, registra-se elevação das ocupações de dirigentes do setor privado, embora em menor proporção. Investimentos na área da chamada economia criativa (principalmente em torno da gastronomia, mas também em áreas conexas ao turismo, como o design, a logística e serviços de transportes, a música, a hotelaria) vêm sendo localmente tentados há cerca de duas décadas, o que ajuda a explicar o aumento das ocupações classificadas como artísticas, além da reestruturação do mercado de trabalho. Persiste, contudo, a situação de baixa remuneração geral, ainda que concomitante a relativo aumento de qualificação formal das ocupações e de dirigentes e grandes empregadores do setor privado. A questão, portanto, é como esta mudança de perfil poderia se converter em uma estrutura social menos desigual, o que não necessariamente parece ocorrer, em termos fundamentais, a considerar os dados apresentados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <tinyurl.com/y5gh23hd>. Acesso em: 25 maio 2019.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira (org.) Belém: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

CAVALLINI, Marta; SILVEIRA, Daniel. Desemprego é o maior em 7 anos em 13 capitais do país, diz IBGE. G1, [on-line], 22 fev. 2019. Economia. Disponível em: <tinyurl.com/y328s9c3>. Acesso em: 24 mai. 2019.

DUARTE, Leandro Batista; CIRINO, Jader Fernandes; SETTE, Ana Beatriz Pereira. Informalidade e diferenciação de rendimento entre os setores formal e informal para a Região Metropolitana de Belém. Revista de Estudos Sociais | Faculdade de Economia – UFMT. Cuiabá, v, 20, n. 40, 2018. p. 42-59.

HALBWACHS, Maurice. Morphologie sociale. Québec: Université du Québec à Chicoutimi, 1938. [Organizado por Méliza Grenier, 2002.]

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua trimestral (PNAD Trimestral). Tabela 4093. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis, por sexo. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, [on-line], 2018. Disponível em: <tinyurl.com/yxomkbhz>. Acesso em: 25 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Análise do mercado de trabalho. Boletim mercado de trabalho: conjuntura e análise. Brasília, ano 25, n. 66, p. 01-31. abr. 2019. Disponível em: <tinyurl.com/y6ssxvkv>. Acesso em: 25 maio 2019.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; VALENTE, Andréa de Melo; LIMA, Alexandre Martins de; PINHEIRO, Patrícia Queise Ferreira. Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia. Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016. p. 189-248.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 59, mai.-ago. 2010. p. 221-233.

VENTURA NETO, Raul da Silva. Circuito imobiliário e a cidade: coalizões urbanas e dinâmicas de acumulação do capital no espaço intraurbano de Belém. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Belém, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, 2012.